



JUCESP. PROTOCOLO

0.752.648/13-5



**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM
GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CENTRAL
EÓLICA BAIXA DO FEIJÃO II S.A.**

ENTRE

CENTRAL EÓLICA BAIXA DO FEIJÃO II S.A.,
como Emissora,

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS,**
*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da
presente emissão*

e

EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.,
como fiadora

Datado de

1º de agosto de 2013

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CENTRAL EÓLICA BAIXA DO FEIJÃO II S.A.

Pelo presente instrumento particular,

CENTRAL EÓLICA BAIXA DO FEIJÃO II S.A., sociedade anônima, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, nº 413, 17º andar, sala 2, Itaim Bibi, CEP 04534-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**"), sob o nº 14.496.545/0001-45, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Emissora**");

E, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Agente Fiduciário**"), como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, da Emissora ("**Debenturistas**" e, individualmente, "**Debenturista**"),

Como fiadora,

EDP – Energias do Brasil S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 8º andar, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.983.431/0001-03, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Fiadora**");

Vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a presente "*Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie*

Quirografia, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Central Eólica Baixa do Feijão II S.A. ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I

AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 1º de agosto de 2013 ("AGE"), conforme artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA II

REQUISITOS

A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, com garantia fidejussória, nominativas, escriturais, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata de AGE

2.1.1. A ata da AGE será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), e publicada no Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal Brasil Econômico.

2.2. Inscrição da Escritura

2.2.1. A presente Escritura e seus aditamentos ("Aditamentos") serão inscritos na JUCESP, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. Em até 05 (cinco) dias úteis da data de sua respectiva celebração, a Companhia deverá protocolar esta Escritura para arquivamento na JUCESP, sendo certo que 1 (uma) via original da presente Escritura e eventuais Aditamentos serão enviadas ao Agente Fiduciário tempestivamente após o registro na JUCESP.

2.3. Dispensa de Registro na CVM

2.3.1. A Oferta está automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM, pois as Debêntures serão distribuídas com esforços restritos nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) e para negociação no mercado secundário no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo as distribuições e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5 Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.5.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.6 Constituição da Fiança

2.6.1. Em atendimento ao disposto no artigo 129 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada (“Lei de Registros Públicos”), em decorrência da constituição da Fiança (conforme abaixo definida) pela Fiadora, esta Escritura e seus eventuais Aditamentos deverão ser registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sendo certo que 1 (uma) via original da presente Escritura e eventuais Aditamentos serão enviadas ao Agente Fiduciário tempestivamente após o registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos indicados na presente cláusula.

CLAUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica Baixa do Feijão II, a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades.

3.2. Número de Emissão

3.2.1. A presente Escritura contempla a 1ª emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 23.750.000,00 (vinte e três milhões, setecentos e cinquenta mil reais) ("Valor Total da Emissão"), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 4.1.8 a seguir.

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. A totalidade dos recursos obtidos por meio da Emissão após o pagamento das comissões da Oferta Restrita será destinada à implementação do parque eólico desenvolvido pela Emissora, localizado na cidade de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte ("Projeto").

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação, no montante de R\$ 23.750.000,00 (vinte e três milhões, setecentos e cinquenta mil reais), prestada pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), conforme os termos e condições estabelecidos no "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Central Eólica*

Baixa do Feijão II S.A. ("Contrato de Distribuição") a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

3.5.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, do disposto no artigo 17 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados, assim considerados nos termos da definição do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409") e do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.5.3. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

3.5.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.5.6 O prazo máximo para colocação pública com esforços restritos das Debêntures será de 6 (seis) meses, a contar da data de início de distribuição, a qual será após o registro para distribuição e negociação das Debêntures na CETIP, sendo que o exercício da garantia firme outorgada pelo Coordenador Líder será nos termos do disposto no Contrato de Distribuição.

3.5.7. Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures por meio de opção de lote adicional ou lote suplementar.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante e escriturador mandatário da Emissão será o Banco Bradesco S.A., localizado na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante e Escriturador Mandatário").

CLÁUSULA IV

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 23.750 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em uma única série.

4.1.4. Tipo e Forma: As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP21.

4.1.6. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória.

4.1.7. Conversibilidade: As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.8. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão será 14 de agosto de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.9. Prazo e Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 18 (dezoito) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento em 14 de fevereiro de 2015 ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento, em uma única parcela, do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures que ainda estiverem em circulação, acrescido da Remuneração (conforme definido a seguir) devida na Data de Vencimento.

4.1.10. Garantia Fidejussória:

4.1.10.1 As Debêntures contarão com a seguinte garantia fidejussória ("Fiança"):

4.1.10.1.1 A Fiadora neste ato obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, renunciando expressamente ao benefício de ordem conforme descrito na Cláusula 4.1.10.1.3. abaixo, obrigando-se como principal pagadora e solidariamente com a Emissora, responsável por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a Remuneração incidente sobre as Debêntures e os Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, bem como todo e qualquer honorários, custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura ("Valor Garantido").

4.1.10.2.2. A Fiadora obriga-se a pagar o Valor Garantido no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Fiadora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido, observados os respectivos prazos de cura, conforme o caso. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com o estabelecido nesta Escritura e fora do âmbito da CETIP.

4.1.10.2.3. A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza e demais direitos previstos nos artigos 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e nos artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").

DUCE SP

13 DE 13

4.1.10.2.4 A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura.

4.1.10.2.5 A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula, observado, entretanto, que a Fiadora desde já concorda e obriga-se a exigir e/ou demandar a Emissora por, qualquer valor honrado pela Fiadora nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.1.10.2.6. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento integral do Valor Garantido, inclusive nos casos de prorrogação da Emissão.

4.1.10.2.7 A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

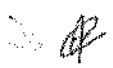
4.1.10.2.8 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.



4.2. Amortização, Atualização Monetária e Remuneração

4.2.1. Amortização: As Debêntures serão objeto de amortização em uma única parcela, na Data de Vencimento.

4.2.2. Atualização Monetária e Juros Remuneratórios

4.2.2.1. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo,

2. 

 7 

expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida exponencialmente a uma sobretaxa equivalente a 1,10% (um inteiro e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI" e "Remuneração", respectivamente). A Remuneração será calculada, conforme fórmula abaixo, de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento, ou data de vencimento antecipado das Debêntures, ou na data de resgate antecipado, o que ocorrer primeiro, e seguirá, para todos os fins, os critérios definidos no "Caderno de Fórmulas Debêntures CETIP21", disponível para consulta na página da Internet (<http://www.cetip.com.br>).

4.2.2.2. Pagamento da Remuneração: O pagamento da Remuneração será feito em uma única parcela, na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.2.2.3. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

4.2.2.4. Fórmula de Cálculo da Remuneração: O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário da Remuneração, acumulado no período, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal de emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorJuros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação, acrescido de *spread*, se houver, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread), \text{ onde:}$$

FatorDI = Produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas

decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de 1 (um) até "n";

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "n" um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left[\left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI-Over de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

spread – *Spread*, ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais.

n – número de dias úteis entre a Data de Emissão, inclusive, até data de cálculo, exclusive, sendo "n" um número inteiro.

4.2.2.4.1. Observações:

- (i) O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante.

até o último considerado;

- (iii) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo; e
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (v) O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.2.5. Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na Data de Vencimento ou data de vencimento antecipado das Debêntures, ou na data de resgate antecipado, o que ocorrer primeiro, conforme o caso, exclusive.

4.2.2.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver um substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no dia útil seguinte ao prazo máximo de 10 (dez) dias úteis ora mencionado, convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor ("Taxa Substitutiva"). A AGD será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI.

DUCESP

13 08 13

4.2.2.7.1. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

4.2.2.8. Caso não haja quórum ou acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, sem o pagamento de multa ou prêmio, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI disponível, conforme o caso; ou
- (ii) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, sem o pagamento de multa ou prêmio, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nessa alternativa, caso a Emissora pretenda realizar o resgate das Debêntures em mais de uma data, o resgate deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para resgate das Debêntures e até o resgate integral das Debêntures será utilizado o parâmetro de remuneração a ser definido em AGD, por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, apresentada à Emissora na AGD a que se refere esta Cláusula, ou a última Taxa DI disponível, caso não haja acordo sobre a nova remuneração na AGD em questão.

4.2.3 O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP ou por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário para os Debenturistas que

não estejam com suas Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP²¹.

4.2.4 A Fiadora desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 4.2.2.6, 4.2.2.7 e 4.2.2.8 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. A Fiadora desde já concorda e obriga-se a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto nas Cláusulas 4.2.2.6, 4.2.2.7 e 4.2.2.8 acima.

4.3. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.3.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas, a qualquer momento, durante o prazo de colocação das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescida da Remuneração calculada nos termos da Cláusula 4.2.2. desta Escritura. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação estabelecidas pela CETIP.

4.3.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.2 desta Escritura, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos mesmos termos da presente Escritura, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP²¹.

4.3.3. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local de pagamento, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos em que os pagamentos devam ser efetuados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento não coincidir com sábado, domingo e feriado nacional.

4.3.4. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os valores em atraso ficarão sujeitos a: (i) multa moratória de

2% (dois por cento); e (ii) juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sendo os juros de mora calculados sobre os valores devidos e não pagos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo da Remuneração.

4.3.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto na Cláusula precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou encargo moratório no período correspondente à data em que os recursos foram colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.6. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Banco Liquidante, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que caso o Debenturista não envie a referida documentação à Emissora, esta fará as retenções de tributos conforme previsto em Lei.

4.4. Repactuação

4.4.1. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

4.5. Resgate Antecipado

4.5.1. Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório. A Emissora poderá efetuar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), sendo que o valor do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário de tais Debêntures acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido dos demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo. Caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra até o 6º (sexto) mês a contar da Data de Emissão, haverá, ainda, o acréscimo de um prêmio de 0,20% (vinte centésimos por cento),

calculado sobre o montante a ser resgatado; e a partir do 1º (primeiro) dia do 7º (sétimo) mês a contar da Data de Emissão, não haverá o acréscimo de qualquer prêmio.

4.5.1.1. Caso ocorra desembolso de qualquer financiamento de longo prazo obtido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), a Emissora estará obrigada a efetuar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, de acordo com os mesmos critérios estabelecidos para o Resgate Antecipado Facultativo, conforme previstos na Cláusula 4.5.1 acima ("Resgate Antecipado Obrigatório") e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo, "Resgate Antecipado").

4.5.2. Na hipótese de Resgate Antecipado, a Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário e os Debenturistas com até 05 (cinco) dias úteis de antecedência, sendo que no caso do Resgate Antecipado Obrigatório este prazo deverá ser contado a partir da data do desembolso de qualquer financiamento de longo prazo obtido com o BNDES. Referida comunicação deverá ser realizada nos termos das Cláusulas 4.7.1. e 10.3 desta Escritura e deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo a data efetiva para o Resgate Antecipado e informações referentes ao procedimento de Resgate Antecipado.

4.5.3 O pagamento para as Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21. A CETIP deverá ser comunicada através de correspondência encaminhada pela Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência da realização do Resgate Antecipado.

4.5.4. As Debêntures resgatadas antecipadamente deverão ser canceladas.

4.6. Aquisição Facultativa

4.6.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, adquirir as Debêntures em Circulação no mercado, observadas as restrições e negociação e prazo previstas na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas poderão ser

canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou serem novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

4.7. Publicidade

4.7.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes da Oferta Restrita que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser obrigatoriamente comunicados (i) diretamente ao Agente Fiduciário e na forma de avisos, nos jornais de circulação da Emissora, quais sejam, Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Brasil Econômico", bem como (ii) na página da Emissora na internet www.edpbr.com.br. A Companhia se obriga a comunicar ao Agente Fiduciário acerca da alteração de qualquer dos jornais de circulação da Emissora aqui listados, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da respectiva alteração.

4.8. Liquidez e Estabilização

4.8.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.9. Fundo de Amortização

4.9.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V

VENCIMENTO ANTECIPADO E EVENTOS DE INADIMPLEMENTO

5.1. Observado o disposto nas Cláusulas 5.2. a 5.5 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento e dos Encargos Moratórios devidos, mediante carta protocolada ou carta com aviso de recebimento endereçada à sede da Emissora, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses, respeitados os respectivos prazos de cura (cada hipótese, um "Evento de Inadimplemento"):

(a) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer de suas obrigações financeiras

previstas nesta Escritura por 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de notificação enviada pelo Agente Fiduciário;

- (b) protesto cambiário de títulos contra (a) a Emissora, que não tenha sido contestado de boa fé em valor unitário ou agregado, igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); ou (b) a Fiadora, que não tenha sido contestado de boa fé em valor unitário igual ou superior a R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), exceto se, em ambos os casos, em até 30 (trinta) dias do respectivo protesto for comprovado que: (i) o protesto for efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (ii) o protesto for cancelado ou sustado; ou (iii) foram prestadas garantias em juízo;
- (c) requerimento de recuperação extrajudicial ou judicial, decretação voluntária ou involuntária de falência da Emissora e/ou da Fiadora, nos termos da legislação aplicável;
- (d) caso a Emissora seja notificada de sentença judicial transitada em julgado cujo valor individual seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), desde que seja capaz de colocar em risco o cumprimento das obrigações assumidas em razão da Emissão;
- (e) caso a Fiadora seja notificada de sentença final transitada em julgado em ação judicial, cujo valor individual seja igual ou superior a R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), desde que seja capaz de colocar em risco o cumprimento das obrigações assumidas pela Fiadora nesta Emissão e não for sanado em 30 (trinta) dias;
- (f) perda ou término antecipado, ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, da autorização para geração de energia elétrica da Emissora;
- (g) distribuição de dividendos acima do mínimo legal, em caso de inadimplemento de suas obrigações decorrentes da Emissão por parte da Emissora;
- (h) realização, pela Emissora, de cisão, fusão, incorporação, inclusive incorporação de ações, ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário direto, exceto se referida alienação: (i) for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) obtiver expressa anuência dos titulares das Debêntures, reunidos em AGD, sendo que tal anuência

não poderá ser recusada sem motivo razoável;

- (i) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças relevante para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora; e
- (j) existência de restrições cadastrais, incluindo, mas não se limitando ao Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial nº 2, de 12.05.2011, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em nome da Emissora e/ou seus sócios, e/ou a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora e/ou seus sócios que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente.

5.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (f) e (h) da Cláusula 5.1 acima, observados os prazos específicos de cura ali previstos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, tão logo o Agente Fiduciário tome ciência do respectivo evento, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial nesse sentido.

5.3. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento não previstos no item 5.2 acima, quais seja, os Eventos de Inadimplemento listados nos itens (g), (i) e (j), deverá ser convocada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que os titulares das Debêntures ou o Agente Fiduciário forem informados ou tiverem ciência da ocorrência, AGD, a ser realizada no prazo mínimo previsto em lei e nesta Escritura. Se, na referida AGD, os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior já fixada, não deverá ser declarado o vencimento antecipado das Debêntures caso contrário, em caso de não instalação em segunda convocação da AGD ou, ainda, em caso de instalação mas não aprovação por insuficiência de quórum de votação em segunda convocação, deverá ser declarado, imediatamente o vencimento antecipado das Debêntures.

5.4. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente

cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência da Emissora da ocorrência do vencimento antecipado, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.

5.5. As Debêntures resgatadas em decorrência das hipóteses de vencimento antecipado automático, listadas na Cláusula 5.2. acima, serão canceladas.

CLÁUSULA VI

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) no prazo máximo de 03 (três) meses após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM, bem como de declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando o cumprimento das obrigações constantes na Emissão;

(ii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no 2º (segundo) dia útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

(iii) em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;

- SUCESSA
13 03 13
- (iv) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado referidas na Cláusula V, em até 2 (dois) dias úteis após o seu conhecimento pela Emissora, observados os respectivos prazos de cura, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura;
 - (v) cópia de qualquer comunicação à Emissora relativa a uma causa de término de sua autorização ou suspensão do direito de exploração do Projeto;
 - (vi) informações socioambientais relativas ao Projeto, em especial aquelas concernentes às autorizações, licenças e afins, inclusive em relação ao atendimento das respectivas condicionantes;
 - (vii) apresentação de documentação que comprove a aprovação do Financiamento de Longo Prazo; e
 - (viii) enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na alínea "m" da Cláusula 7.4.1., no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea "n" da Cláusula 7.4.1. abaixo.

6.1.2. Manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, a CETIP além de tomar todas e quaisquer providências necessárias para a manutenção e negociação das Debêntures;

6.1.3. Comunicar ao Agente Fiduciário e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares das Debêntures, 2 (dois) dias úteis após observados os respectivos prazos de cura;

6.1.4. Não divulgar ao público informações em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução

CVM 476;

6.1.5. Manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;

6.1.6. Cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

6.1.7. Adotar medidas preventivas para o atendimento da legislação trabalhista vigente, especialmente em relação (i) às restrições do trabalho noturno, insalubre e perigoso, e (ii) à não utilização de trabalho ilegal ou discriminatório, inclusive, mas não se limitando, trabalho análogo ao de escravo e trabalho de crianças e de adolescentes menores de 18 (dezoito) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade, obrigando-se a implementar seus maiores esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também assim se comprometam;

6.1.8. Não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura, em especial os que possam diretamente comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;

6.1.9. Efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir diretamente sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora;

6.1.10. Cumprir todas as determinações da CETIP, inclusive mediante envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;

6.1.11. Comparecer às AGD, sempre que solicitada;

6.1.12. Cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos nesta Escritura e na

regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:

- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (iv) manter os documentos mencionados no inciso (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), em especial ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) dia útil ao Coordenador Líder da Oferta Restrita; e
- (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;

6.1.13. Guardar, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão; e

6.1.14. Caso a Emissora não efetue pontualmente os pagamentos previstos nesta Escritura, a Fiadora, quando notificada pelo Agente Fiduciário, deverá efetuar tais pagamentos em até 10 (dez) dias úteis da data de recebimento de referida notificação.

6.2. Além das obrigações assumidas nesta Escritura, a Fiadora obriga-se a comunicar em até 02 (dois) dias úteis ao Agente Fiduciário e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nesta

Escritura, observadas os respectivos prazos de cura.

CLÁUSULA VII

AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

7.1.1. A Emissora constituiu e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

7.2.1. Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração de R\$ 3.000 (três mil reais), sendo a parcela devida no 5º (quinto dia útil) contado da data de assinatura desta Escritura.

7.2.2. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.2.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.2.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

JUCESP
13 DE 13

7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme disposto na Cláusula 7.3.6 a seguir.

7.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo a sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, observado a Cláusula 7.3.2 acima.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28").

7.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, o qual deverá ser arquivado na JUCESP.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura, ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Deveres

7.4.1. Além de outros previstos em lei, em atos normativos da CVM, ou na presente Escritura, consistem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura e na Fiança, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) verificar a regularidade da constituição da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures e da Emissão, se for o caso;

- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e da Fiadora ou de outras comarcas que entender necessário;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora e/ou na Fiadora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, através de anúncio publicado pelo menos por 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos na Cláusula 4.7.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (l) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- i. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras anuais da Emissora com relação aos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. constituição e aplicações do fundo de amortização de Debêntures, quando for o caso;
 - vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da

Emissora;

- vii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- viii. declaração (a) acerca da suficiência e exequibilidade da Fiança; e (b) sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- ix. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- x. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (x.1) denominação da companhia ofertante;
 - (x.2) valor da emissão;
 - (x.3) quantidade de debêntures emitidas;
 - (x.4) espécie;
 - (x.5) prazo de vencimento das debêntures;
 - (x.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (x.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

(n) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "m" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

SUCESP
13/03/13

- (p.1) na sede da Emissora;
 - (p.2) em seu escritório;
 - (p.3) na CVM;
 - (p.4) na CETIP; e
 - (p.5) na sede do Coordenador Líder;
- (o) publicar, às expensas da Emissora mediante aprovação prévia de orçamento, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "m" acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e/ou à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os titulares de Debêntures, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e à CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura;
- (r) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, se possível, individualmente, (i) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos na ciência da do descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, nos termos da alínea "a" da Cláusula 5.1 acima; (ii) no prazo máximo de 20 (vinte) dias na hipótese da ciência de qualquer outro inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer Fiadora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (s) divulgar as informações referidas na Cláusula 7.4.1(n)(x) em sua página na rede

mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e

- (f) disponibilizar o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou seu *website*.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora e/ou da Fiadora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar, observadas as deliberações da AGD e as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar a Fiança, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora /ou da Fiadora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora e/ou da Fiadora; e
- (e) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas.

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b", "c" e "e" acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando a tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" acima.

DUCESP
13-08-13

7.6. Despesas

7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.6.2. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas mencionadas na Cláusula 7.6.1 acima para o fim de ser por ela ressarcido em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.6.2.1. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 7.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora.

7.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora e/ou da Fiadora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas diretamente à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.6.3.1. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 7.6.3 acima, os Debenturistas impedidos por lei de fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuarem o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em Circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles

Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação.

7.6.4. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses Debenturistas.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

- * 8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 03 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, com antecedência mínima de 08 (oito) dias para a primeira convocação e 05 (cinco) dias para a segunda convocação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura. Independentemente do cumprimento das formalidades de convocação aqui previstas, será considerada regular a AGD que contar com a presença de 100% (cem por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação.

8.1.3. A assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto, proferido na respectiva AGD.

8.1.6. Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quoruns* de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; (b) as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de diretores, conselheiros e seus parentes até segundo grau. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

8.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGD.

8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada "Debênture em Circulação" caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, exceto se disposto de modo diverso nesta Escritura, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que (i) as alterações nas condições de vencimento antecipado não automático (ou seja, Cláusula 5.2), alterações referentes à forma, ao resgate e à espécie das Debêntures, bem como os encargos aplicáveis às Debêntures, deverão contar com a aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; (ii) alterações na Remuneração e/ou prazos e condições de vencimento, excetuando-se as alterações na Remuneração e/ou na Amortização, decorrentes do disposto na Cláusula 4.2.2.8, periodicidade de pagamento de juros remuneratórios das Debêntures, Repactuação ou Amortização das Debêntures, bem como nas condições de vencimento antecipado automático (ou seja, Cláusula 5.1), e/ou dispositivos sobre *quorum* previstos nesta Escritura, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e

atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora ou Fiadora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e, outras autoridades competentes;
- (f) é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) ser uma sociedade validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação atualmente vigente;
- (k) a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora se deu através das informações fornecidas pela Emissora e no limite das informações fornecidas por esta, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (l) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (m) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui



previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- (n) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Fiadora ("1ª Emissão da Fiadora"), com vencimento em 28 de fevereiro de 2014, em que foram emitidas 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Fiadora não possuem garantias, conforme previsão na escritura de emissão; e (ii) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Fiadora ("2ª Emissão da Fiadora"), com vencimento em 11 de abril de 2016, em que foram emitidas 55.000 (cinquenta e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Fiadora não possuem garantias, conforme previsão na escritura de emissão; e
- (o) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os Debenturistas desta Emissão e aos debenturistas da emissão de debêntures indicada na alínea (n) acima.

9.1.1. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções, se assim definido em sentença judicial transitada em julgado da qual não caibam mais recursos.

9.2. Observadas as demais disposições desta Escritura, a Emissora e a Fiadora, conforme o caso, de forma individual, declara ao Agente Fiduciário que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;

- DUCE 34
13 03 13
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive as societárias e regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura, à Emissão das Debêntures e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, não sendo exigida qualquer outra autorização ou outro consentimento para tanto;
 - (c) tem plena capacidade para cumprir com todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
 - (d) os representantes legais da Emissora e da Fiadora que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e da Fiadora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
 - (e) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
 - (f) a celebração, os termos e condições desta Escritura, o cumprimento das obrigações aqui previstas e a Oferta Restrita (i) não infringem seu estatuto social; (ii) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou a Fiadora seja parte ou pelo qual qualquer de seus bens e propriedades esteja vinculados; (iii) não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e pela Fiadora; (iv) não resultarão em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (y) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou da Fiadora; ou (z) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (v) não infringem qualquer disposição legal a que a Emissora ou a Fiadora ou qualquer de seus bens esteja sujeito; e (vi) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou a Fiadora ou qualquer de seus bens ou propriedades;
 - (g) a demonstração financeira da Emissora relativa ao exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2012 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis

determinados pela regulamentação aplicável;

- (h) as informações prestadas por ocasião do registro das Debêntures na CETIP são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (i) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- (j) possui, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, salvo se em processo de renovação e/ou em processo de emissão em virtude de fase do Projeto.

9.2.1. A Emissora e a Fiadora comprometem-se a notificar, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da ciência do fato, o Agente Fiduciário e os Debenturistas, caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, imprecisas ou incorretas.

CLÁUSULA X

DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

10.1.1. Não se presume a renúncia a quaisquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Custos de Registro

10.2.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.3. Comunicações

10.3.1. Todos os documentos e as comunicações, deverão ser sempre feitas por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer uma das partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para Emissora:

Central Eólica Baixa do Feijão II S.A.

Rua Joaquim Floriano, nº 413, 17º andar, sala 2, Itaim Bibi

CEP 04534-010 - São Paulo, SP

At.: Sr. Bernardo de Deus Pinheiro

Tel: (11) 3538-6620

Fax: (11) 3538-6600

E-mail: bernardo.pinheiro@edpbr.com.br

Para a Fiadora:

EDP – Energias do Brasil S.A.

Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 8º andar

CEP 04547-006, São Paulo, SP

At.: Sr. Carlos Emanuel Baptista Andrade

Tel.: (11) 2185-5941

Fax: (11) 2185-5000

E-mail: carlos.andrade@edpbr.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca

CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

Núcleo administrativo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP 06029-900, Osasco, SP

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fábio da Cruz Tomo

Tel.: (11) 3684-7911 / 3684-2852

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, São Paulo, SP

CEP: 01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Site: www.cetip.com.br

10.3.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 02 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

10.3.3. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pelo Agente Fiduciário ou pela Emissora.

10.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

10.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo

as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

10.5. Efeito Vinculante

10.5.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

10.6. Independência das Disposições

10.6.1. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o integral cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

10.7. Lei Aplicável

10.7.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Foro

10.8.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

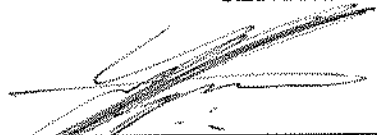
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 09 (nove) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 1º de agosto de 2013

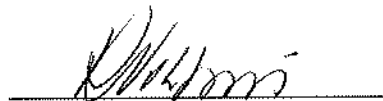


Página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Central Eólica Baixa do Feijão II S.A.

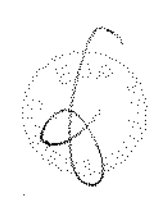
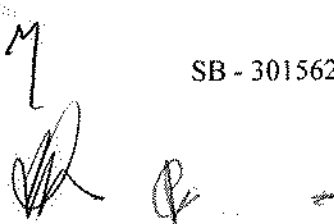
CENTRAL EÓLICA BAIXA DO FEIJÃO II S.A.



Nome: **Luiz Otavio A. Henriques**
Cargo: **Diretor Presidente**



Nome: **Renato J. V. Licio**
Cargo: **DIRETOR**

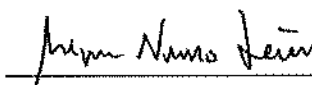


Página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Central Eólica Baixa do Feijão II S.A.

EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.



Nome: Carlos Emanuel Baptista Andrade
Cargo: Diretor Vice Presidente




Nome: Miguel Setas
Cargo: Diretor Vice Presidente
EDP

Página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Central Eólica Baixa do Feijão II S.A.

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

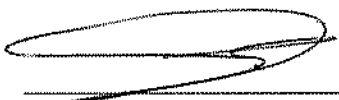
Nome:

Cargo:

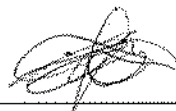

Silas Santos de Amorim
Horxabi

Página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Central Eólica Baixa do Feijão II S.A.

TESTEMUNHAS:



Nome: CASSIO VIDIGAL
Cargo: GESTOR EXECUTIVO



Nome: MIRIAM CRISTINA CAROLINO
Cargo: ADVOGADA

